

OS DIREITOS HUMANOS NA HISTÓRIA

*Adriana Mocelim
Etiane Caloy Bokkalovski*

INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos (com esse nome) passaram a fazer parte da agenda internacional dos países há poucas décadas, porém, quando voltamos nossos olhos para o passado, percebemos que sua busca vem de longa data, mesmo que tenha recebido outros nomes ao longo dos séculos, como Direitos Naturais ou Direitos Fundamentais.

Voltar ao passado é importante porque a história nos mostra a presença de conflitos nas mais diversas sociedades, desde os tempos mais remotos, bem como a necessidade de grupos ou indivíduos serem protegidos por determinadas leis ou lutarem para que existam leis que os protejam; o segundo caso, normalmente, é o mais comum: a conquista dos Direitos Humanos por meio da luta social.

Por haver um caráter histórico na luta pelos Direitos Humanos é que vamos, num primeiro momento, conhecer um pouco de sua história ao longo do tempo com o objetivo de entender como eles chegaram a se constituir em três gerações até o final do século XX.

Em um segundo momento, vamos estudar brevemente a trajetória histórica dos Direitos Humanos no Brasil.

HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS

Quando refletimos sobre as chamadas ‘sociedades primitivas’ e observamos sua transformação ao longo do tempo, podemos identificar que, ao longo dos séculos e lentamente, esses grupos começaram

a lidar com a presença do Estado como uma instituição com o objetivo de organizar a sociedade. E por que isso foi necessário? Porque os grupos se tornaram maiores em termos populacionais e porque se tornaram sedentários, ou seja, houve uma busca por regiões do globo que possibilitassem a sobrevivência e esses lugares eram próximos a rios; temos o exemplo da Mesopotâmia, do Egito, dos Maias, Incas e Astecas na América e muitos outros.

Porém, esse crescimento e a sedentarização de inúmeros povos trouxeram consequências: leis e normas sociais, escritas ou não, passaram a integrar essas sociedades mais complexas porque era e é importante organizar a convivência social dos indivíduos, definir o papel dos sujeitos no grupo, bem como o que é aceitável ou não em termos morais e assim por diante. Portanto, há séculos temos exemplos que evidenciam como o Estado tratava seu súdito ou cidadão e como percebia seus direitos e deveres perante essa instituição. Passaremos a tratar de alguns desses exemplos na sequência.

LEIS E DEVERES NA ANTIGUIDADE

Por volta do século XVIII a.C., na Mesopotâmia (atual Iraque), teve origem o Código de Hamurábi (de influência suméria) na primeira dinastia babilônica. Uma das prerrogativas do Código era a Lei de Talião, ou seja, o autor de um crime deveria ser punido da mesma maneira que o crime por ele cometido; era a ideia do ‘olho por olho, dente por dente’. Embora essa concepção pareça brutal para os dias de hoje, é preciso entender o contexto histórico no qual leis assim eram toleráveis: não existia a ideia do direito à vida ou mesmo a noção do outro como semelhante com direitos a serem respeitados (como veremos adiante, isso começou a mudar na Idade Moderna europeia e, principalmente após a Revolução Francesa de 1789). As relações eram extremamente violentas e, na maior parte das vezes, o governante agia de forma autoritária. O Código de Hamurábi tinha 281 leis que procuravam regular o cotidiano da sociedade e tratavam de falso testemunho, roubo, estupro, família, escravos, ajuda a fugitivos. De acordo com Perry,

Embora as mulheres tivessem papel secundário em relação aos homens, o código mostra que houve esforços no sentido de protegê-las, e às crianças, contra os abusos. Estabelecendo a pena de morte para o adultério, ele buscava preservar a vida familiar. As punições eram geralmente rigorosas [...]. Crimes como violação de domicílio, rapto de crianças, ajuda a escravos fugitivos, receptação de mercadorias roubadas e falso testemunho eram punidos com a morte, embora se levassem em conta circunstâncias atenuantes. O código expressava também as diferenças de classe. Por exemplo, a punição era mais severa quando se prejudicava um nobre do que quando a vítima era um plebeu. (2002, p. 12-13).

Também a corrupção de funcionários do governo era severamente punida.

O próprio rei Hamurábi, no Epílogo do Código, escreve sobre seu objetivo: “para que o forte não prejudique o mais fraco, a fim de proteger as viúvas e os órfãos” (2019, p. 23) e “para resolver todas as disputas e sanar quaisquer ofensas”. (2019, p. 1).

Como outro exemplo de corpo de leis para regular a sociedade podemos citar a **Torá** (contemporânea ao Código de Hamurábi), livro sagrado dos judeus, é composto pelos livros de Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Seu conteúdo é formado por mandamentos, ordens e proibições que regulam o relacionamento do homem com Deus e com o próximo. Dentre as recomendações do Decálogo encontramos: não matar, não roubar, não furtar, não dizer falso testemunho. Essas e diversas orientações regulam as relações na sociedade civil e reconhecem a necessidade de mediar as relações entre os indivíduos e grupos. De acordo com Perry, “Libertos da escravidão por um Deus justo e compassivo, os israelitas tinham a responsabilidade moral de sobrepujar a injustiça e proteger os pobres, os fracos e os oprimidos”. (2002, p. 34).

Nessa linha da legalidade e do uso da religião como orientadora e manual de conduta também é possível considerar o Código de Manu, de origem hindu e redigido em sânscrito, possivelmente entre 200 a.C. e 200 d.C., que estabelece o sistema de castas da sociedade. No código constam diversos valores como verdade, justiça e respeito sem perder de vista a divisão entre as castas e a relação de superioridade/inferioridade entre elas.

CIDADANIA NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Tendo em vista a herança greco-romana para o mundo ocidental, vale ressaltar algumas características sobre o conceito de cidadania advindo dos gregos e romanos que podemos identificar como uma influência no caminho percorrido pelos Direitos Humanos alguns séculos depois e que, evidentemente, foi muito ampliado a partir do século XIX. Na Grécia antiga, ser cidadão era um privilégio destinado a poucos e estava atrelado à lógica da cidade-Estado; as leis excluía estrangeiros, povos submetidos, mulheres e escravos, sendo que estes estavam sujeitos às imposições particulares de seus senhores. Já as mulheres viviam à margem da sociedade, tendo seus direitos bastante limitados ao espaço doméstico e pela dominação masculina. Na pólis grega o homem (cidadão) se realizava; de acordo com Quintão (2001) ela tornava os homens cidadãos iguais, e perder o espaço de participação nesse espaço público significava ficar restrito à esfera privada juntamente às mulheres, aos escravos e aos filhos nascidos de um casamento, ou seja, com os não cidadãos. Segundo Cortina, ser um cidadão grego significava ser “membro de uma comunidade política” (2005, p. 34), ou seja, a cidadania estava ligada ao espaço público e não aos assuntos privados. Usamos aqui o termo ‘cidadania’ pela primeira vez porque essa expressão, historicamente, nasce com os gregos e no futuro estará ligada ao nascimento dos Direitos Humanos.

Já em relação à cidadania romana percebemos um quadro um pouco diferente: por exemplo, a participação das mulheres era mais ampla, podendo elas assistir aos espetáculos e jogos, participar de banquetes e também ser retratadas nas artes. Em relação às classes sociais, a sociedade dividia-se, grosso modo, entre patrícios e plebeus, sendo que os primeiros tinham direitos civis, políticos e religiosos. Os plebeus, mesmo sendo homens livres, não eram contemplados pela cidadania, o que gerou inúmeros conflitos na sociedade romana. Lentamente foram feitas reformas que ampliaram a participação deles,

porém, somente com a promulgação da Lei das Doze Tábuas (nos anos de 451 e 450 a.C.) assegurou-se aos plebeus uma participação política mais expressiva. No final do Império Romano já era possível vislumbrar noções daquilo que seria a cidadania moderna.

DEVERES NA SOCIEDADE MEDIEVAL

Com o declínio do Império Romano, outros tempos foram inaugurados na Europa, ocorrendo o declínio do uso da mão de obra escrava e a lenta constituição do sistema de servidão: os servos tinham acesso à terra, mas eram obrigados a reverter parte da produção agrícola para os senhores feudais e, ao mesmo tempo, trabalhar nas terras dos senhores sem receber qualquer pagamento; tendo em vista essas profundas transformações, ao longo da Idade Média foram constituídas três classes principais: dos servos, da nobreza e do clero, além dos homens livres e vilões. Cabia aos senhores feudais exercer as funções de Estado, bem como elaborar leis, julgar causas, cobrar impostos e mesmo formar exércitos. Tendo em vista que a riqueza e a participação social estavam ligadas à propriedade da terra, o campesinato ficava excluído de direitos mais amplos.

Por isso, usar o termo ‘cidadania’ para a Idade Média não é recomendável, pois a rígida sociedade estamental desse período, distribuída entre relações de suserania e vassalagem, limitava uma discussão pública de fato (no sentido da polis grega) sobre direitos. Mesmo assim, a despeito da falta de mobilidade entre as classes sociais e de um *ethos* social mergulhado no sagrado (com a efetiva participação da Igreja Católica na construção de normas sociais e comportamentais para os diversos grupos formadores da sociedade medieval que pretere o caráter mais secular dos direitos em função da mentalidade cristã e do universo teocrático), a Idade Média recuperou o Direito Romano: “Os intelectuais passaram a insistir, cada vez mais, na análise racional das evidências e em decisões judiciais baseadas em procedimentos racionais”. (PERRY, 2002, p. 195). Era a Renascença chegando.

DIREITOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS: A IDADE MODERNA

Diversos fatores, entre eles a decadência do mundo feudal, colocaram a Europa numa rota de mudança radical a partir do século XVI. Nos séculos XIV e XV os europeus enfrentaram inúmeros problemas de ordem econômica, política, social e religiosa, a saber: crises na agricultura e escassez de alimentos; guerras envolvendo Estados como França, Inglaterra e Espanha; revoltas camponesas e urbanas em busca de melhores salários e disputa por poder político; proliferação da peste negra; crises na Igreja Católica e as tentativas internas de reformá-la. Todos esses problemas, juntamente à perspectiva renascentista, alteraram a mentalidade europeia e das diversas classes sociais, principalmente da burguesia em ascensão, que almejava participação econômica e política na sociedade.

É possível também falar de uma maior racionalidade com o movimento humanista e de uma lenta mudança para uma mentalidade antropocêntrica, que não significa descrença, mas uma releitura do mundo ao redor, incluindo nele o indivíduo como sujeito com direito à liberdade e à dignidade humana. Mesmo assim, de acordo com Burns,

[...] a época não era absolutamente de igualdade social. Na verdade, a aristocracia, que auferia da terra a maior parte de seus rendimentos, ocupava ao fim do período uma posição econômica e social mais elevada do que em seu começo. (2005, p. 421).

As classes mais abastadas não nutriam nenhum sentimento de compaixão ou piedade cristã em relação ao menos afortunados. Sobre esse quadro ainda citamos Burns:

Conta-se que em 1552, tendo escutado um alarido do lado de fora do palácio, o imperador Carlos V perguntou quem estava causando a agitação. Ao saber que eram soldados pobres, respondeu: 'Que morram' e comparou-os a centopeias, gafanhotos e besouros que devoram as boas coisas da terra. Via de regra, a pior sorte estava reservada aos escravos e servos. Com vistas a altos lucros, caçavam-se negros na costa da África; aprisionados em masmorras, eram depois embarcados para as colônias das Américas. (2005, p. 422).

Ou seja, era um período de contradições: enquanto as classes mais abastadas 'corriam' para firmar suas conquistas econômicas e almejavam maior participação política, o discurso sobre liberdade não atingia as classes pobres, os servos e os escravos. Obviamente se corria o risco de esses excluídos lutarem por direitos, como de fato o fizeram nas Idades Moderna e Contemporânea, o que resultou no reconhecimento dos Direitos Humanos após a Revolução Francesa. A partir do século XIX essa busca foi ampliada, ainda que a realidade social fosse adversa.

Fator também muito importante ao longo da Idade Moderna foi a difusão do livro, o que permitiu maior alfabetização e expansão dos meios de comunicação. Isso levou a uma importante difusão de ideias que, na Idade Média, seriam facilmente debeladas e proibidas.

Nos Estados de caráter moderno havia a censura, mas efetivá-la, na prática, era muito mais difícil do que no passado medieval. Os jornais tornaram-se mais rotineiros na sociedade europeia e os incrementos dados ao mesmo, como a fotografia no início do século XIX, atraíram cada vez mais o público leitor. Saber e entender o que se passava em outros lugares, alguns deles longínquos, tornou o mundo menor e mais próximo.

Todas essas mudanças na sociedade europeia não poderiam abrir mão da influência da Reforma Protestante, uma vez que essa nova perspectiva religiosa também mudou a esfera política e econômica, principalmente com o calvinismo e o puritanismo. Acumular riqueza material e exigir governantes justos passou a fazer parte das discussões do Velho Mundo que se espalharam pela América.

Portanto, é preciso refletir sobre a Idade Moderna europeia e americana (devido à Revolução de 1776) como a fase que encaminhou governos e sociedades para a aceitação, não sem conflitos, dos direitos do homem e do cidadão, declarados na Revolução Francesa de 1789.

A partir daí nasceram as Gerações dos Direitos Humanos, como veremos a seguir.

DIREITOS HUMANOS: PRIMEIRA GERAÇÃO

A Primeira Geração de Direitos Humanos está relacionada à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão gerada pela Revolução Francesa de 1789 e à Constituição dos Estados Unidos da América de 1787. Ela trata dos direitos civis ou individuais. Nessa categoria constam liberdade expressão, presunção da inocência, inviolabilidade de domicílio, proteção à vida privada, liberdade de locomoção etc. São direitos sociais, econômicos e culturais.

A Primeira Geração é resultado das lutas sociais pela cidadania e contra o poder absolutista dos reis. Por isso, dentre os direitos proclamados pela Revolução Francesa – ‘liberdade, igualdade e fraternidade’ – a Primeira Geração é a da liberdade.

DIREITOS HUMANOS: SEGUNDA GERAÇÃO

A Segunda Geração de Direitos Humanos diz respeito à igualdade e está relacionada à busca pelas condições materiais de uma sociedade: não basta somente ter liberdade e conseguir limitar o poder abusivo dos governantes, é necessário que os Estados ofereçam à população saúde, educação, habitação, transporte, trabalho, lazer etc., por meio de políticas públicas inclusivas. A busca pela igualdade nas condições materiais e de educação surgiu com a Revolução Russa de 1917 e com o Estado de Bem-Estar Social originado após a Primeira Guerra Mundial, principalmente nos países europeus.

Ainda nessa geração (e que consagrou os Direitos Humanos antecipando, inclusive, os direitos da terceira geração), temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Nesse documento internacional foram fixados direitos a homens e mulheres, independentemente de classe social, raça ou idade.

DIREITOS HUMANOS: TERCEIRA GERAÇÃO

A Terceira Geração de Direitos Humanos diz respeito à fraternidade. Eles foram consagrados após a década de 1960 e buscam garantir a proteção de grupos sociais vulneráveis e a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Tendo em vista as Gerações de Direitos Humanos e a discussão contemporânea sobre a importância da sustentabilidade desde o final do século XX, percebemos sua importância para garantir que as gerações futuras possam desfrutar de todas essas buscas sociais, políticas e econômicas que têm sido alvo de discussão desde a Revolução Francesa.

Porém, toda luta para a concretização dos Direitos Humanos e a preocupação com uma sociedade sustentável e que possa continuar existindo no futuro também precisam considerar a questão dos Direitos Humanos no Brasil, como veremos a seguir.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Após caracterizar o processo histórico que possibilitou as atuais discussões sobre os Direitos Humanos no mundo, resta-nos pensar de que forma tais discussões se encontram refletidas ao longo da história do Brasil.

A relevância de apresentar, no Programa Agrinho, o contexto histórico brasileiro associado ao desenvolvimento das discussões em torno dos Direitos Humanos encontra-se no fato de que a educação é uma forma privilegiada de promover bases seguras para as discussões acerca dos Direitos Humanos se tornarem realidade, garantindo a existência da plena cidadania a todos os brasileiros.

Brasil Colônia (1500-1822)

Logo nos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas que ocupavam o território brasileiro podemos perceber uma relação de fascínio por parte dos portugueses, registrado na carta de Pero Vaz de Caminha para o rei D. Manuel. O escrivão, de acordo com uma percepção advinda do final da renascença, enfatiza o que era exótico aos olhos dos europeus, deixando entrever um grande potencial para a região recém-descoberta. Infelizmente, não ficaram registros das impressões que os indígenas tiveram dos portugueses.

Após esses primeiros contatos, o ‘recém-descoberto’ território brasileiro foi integrado ao Império Ultramarino Português, refletindo ao longo de sua formação colonial os problemas e mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial lusa. Iniciou-se assim, a partir de 1530, a produção da cana-de-açúcar em larga escala, a fim de suprir a demanda pelo açúcar que vinha da Europa. A grande questão era ‘onde conseguir mão de obra para trabalhar na lavoura?’, e havia os indígenas e os africanos.

Nesse ponto é relevante pensar acerca das justificativas para a escravidão: a suposta ‘guerra justa’ continuava a servir de justificativa para os portugueses, pois a influência do Direito Romano fez a escravidão ser aceita como natural. Havia ainda a justificativa religiosa, presente nas bulas pontifícias de 1452, que concediam

ao rei de Portugal o direito de conquista sobre todos os muçulmanos, pagãos e outros infiéis inimigos de Cristo, e sobre os respectivos reinos, senhorios, territórios e quaisquer possessões e bens, autoriza, além disso, a reduzir à escravidão esses mouros, pagãos e demais infiéis. (GODINHO, [s.d.], p. 181).

O autor Vitorino Magalhães Godinho aponta direitos e deveres atribuídos aos senhores e escravos. Estes tinham direito à vida: o senhor não podia matar seu escravo, mesmo sendo ele sua propriedade,

nem se opor ao fato de o escravo constituir família ou ser batizado – entretanto, na prática havia uma série de restrições por receio de que tivesse de libertá-los. O senhor tinha ainda a obrigação de sustentar o escravo e a família dele, ou deixar-lhe livre o tempo necessário para que pudesse conseguir seu sustento. Transparece nesse caso que “os chamados direitos dos escravos são antes obrigações dos senhores que aqueles não dispõem dos meios de fazer cumprir e, portanto dependem inteiramente do ‘bel-prazer’ e dos interesses dos últimos”. (GODINHO, [s.d.], p. 186).

Os senhores de escravos sabiam que lidavam com seres humanos e não com coisas ou animais. Um cavalo pode ser adestrado, já um homem deve ser convencido a se comportar como escravo. O chicote, o tronco, os ferros, o pelourinho, a concessão de pequenos privilégios e a esperança de um dia obter uma carta de alforria ajudaram o domínio senhorial no Brasil, alcançado assim por meio da habilidade do senhor em infundir o medo e o terror no espírito do escravo.

Os homens e mulheres escravizados, por sua vez, lutaram por melhores condições de vida, não se conformando com a condição em que viviam. O sistema escravista se mantinha graças ao exercício constante da violência, da parte dos

proprietários a sanha contínua que visava à sujeição e obediência cegas para o trabalho. Da parte dos escravos, a reação se dava a partir de gradações que iam das pequenas insubordinações diárias e persistentes até as grandes revoltas e os quilombos. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 92).

A fuga para os quilombos tinha como objetivo alcançar a liberdade, tarefa difícil em função de que implicava em viver perseguido dali em diante, não somente como escravo fugitivo, mas como um criminoso.

Foram mais de trezentos anos de escravidão no Brasil, do século XVI até o final do século XIX, como instituição legal, social e econômica que determinou o estilo de vida do Brasil colônia e império. Ela representa uma realidade fundamental para se compreender as desigualdades raciais no país e o aprofundamento da hierarquização dos direitos e da própria definição de humanidade, do humano associado a direitos e das escalas de valor social da pessoa.

Outro ponto a ressaltar acerca da vida no Brasil colônia está ligado à atenção dispensada às crianças, meninos e meninas abandonados/órfãos, vinculados à pobreza, escravidão ou aos códigos morais que não admitiam mães solteiras.

Os padres jesuítas foram os primeiros a se ocupar das crianças indígenas, abandonadas depois que seus pais eram mortos ou escravizados. Além delas, acolhiam filhos e filhas de colonos, bem como mestiças pobres. As crianças abandonadas, segundo a lei, deveriam ser acolhidas pela municipalidade, sendo essa tarefa assumida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

No século XVIII, com o crescimento das cidades, aumentou o número de crianças abandonadas, superando a assistência que as Câmaras ou Casas de Misericórdia podiam oferecer. Começava então a prática de abandonar recém-nascidos em locais públicos – eram os expostos, que só podiam contar com a compaixão das famílias que os encontravam.

No início do século XVIII a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro adotou o sistema da ‘roda dos expostos’, já utilizado na Europa desde a Idade Média e que viria a ser empregado em outras

Santas Casas. As crianças recém-nascidas contavam com o auxílio de amas de leite contratadas pelas Santas Casas de cada cidade. A roda, que continuou a ser empregada até 1949, constituía a maior esperança de sobrevivência para os ‘enjeitados e expostos’.

Brasil Império (1822-1889)

Já no final do período colonial começaram a chegar ao país notícias da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, introduzindo no país o ideário liberal juntamente a suas concepções de Estado de Direito e Cidadania, culminando em movimentos nativistas anticoloniais. Além disso, as revoluções inglesa e norte-americana em muito influenciaram a reorganização pela qual passou o país ao longo do século XIX.

Após a Declaração de Independência em 1822 era necessário dar ao novo país uma Constituição. Foi convocada então uma Assembleia Constituinte, que acabou sendo dissolvida, prevalecendo versão outorgada por D. Pedro I em 1824. Nessa Constituição estava garantida a inviolabilidade dos direitos civis e políticos, tendo por base a liberdade, a segurança individual e, como não poderia deixar de ser, a propriedade. Ao longo do texto podem-se perceber influências recebidas do que ocorrera pouco tempo antes na França, com destaque para os ideais presentes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O texto francês, elaborado após a queda da Bastilha, se concentra mais nos direitos civis, que garantem a liberdade individual – os direitos do homem – e nos direitos políticos, relativos à igualdade de participação política, de acordo com a defesa dos revolucionários do sufrágio universal, o que corresponde aos direitos do cidadão. Não há espaço, no texto, para a discussão dos direitos sociais, pois em muitas oportunidades, ao longo do processo revolucionário, a liberdade foi sacrificada em nome da igualdade.

O texto constitucional brasileiro foi instituído de cima para baixo. Foi imposto pelo rei ao ‘povo’, embora, segundo coloca Boris Fausto, “devamos entender por povo a minoria de brancos e mestiços que votava e que de algum modo tinha participação na vida política”. (2010, p. 149). A maioria da população, formada por escravos, via-se excluída de seus dispositivos.

Esse texto foi marcado, ainda, pela distância entre seus princípios teóricos e a prática. Representou um avanço em função de propor a organização dos poderes, definir atribuições e garantir direitos individuais, no entanto, a aplicabilidade de seus princípios era relativa. A realidade brasileira era marcada pela dependência da população livre frente aos grandes proprietários rurais, e apenas pequena parcela da população tinha instrução, sem falar na forte tradição autoritária, que marcava a sociedade. O texto constitucional, com algumas modificações, vigorou até o fim do império.

O que se pode perceber é que a herança colonial pesou mais na área dos direitos civis, que podem ser entendidos, segundo coloca José Murilo de Carvalho, como “direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, e se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da

correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem o processo legal regular”. (CARVALHO, 2003).

A sociedade brasileira do período imperial foi marcada pela violação aos direitos civis, pois não foram universais. Os escravos, que não eram considerados cidadãos, não contavam com direitos civis básicos que lhes garantissem a integridade física. A grande propriedade rural permanecia fechada à ação da lei, e os grandes proprietários e coronéis políticos agiam como se estivessem acima da lei. Completando o quadro estava o Estado comprometido com o poder privado. Dessa forma, o período imperial foi marcado por uma série de lutas de segmentos sociais destituídos (escravos e homens livres pobres) contra privilégios, injustiças sociais e violência.

São inúmeras as revoltas que marcaram o período, assim como a forma dura e até brutal como foram combatidas pelo Estado. Durante o período regencial (de 1831 a 1840) os regentes até tentaram implementar algumas reformas, no sentido de adotar uma política liberal que fugisse das características absolutistas ainda presentes na realidade brasileira, no entanto encontraram forte resistência entre os grandes proprietários de terras e nos interesses dos grupos locais. Buscaram dar às províncias certa autonomia, e assim acabaram por incentivar as disputas entre forças regionais pelo controle delas, gerando muitas das revoltas do período.

Com a antecipação da maioridade do infante Pedro de Alcântara (1840), houve um regresso político marcado por medidas centralizadoras, e todo o aparelho administrativo e judiciário passou para as mãos do governo central novamente. Como resposta a isso, novas revoltas se alastraram pelo país, com destaque para a Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco em 1848. A revolta foi fortemente influenciada pelas revoluções democráticas que varriam a Europa no período, assim como pela difusão da crítica social e de ideias socialistas. Não se trata, segundo coloca Boris Fausto, de uma revolução de esquerda, pois ela teve como base senhores de engenho ligados ao Partido Liberal que se rebelavam contra a perda do controle da província para os conservadores.

O segundo período imperial foi marcado por forte pressão pelo fim do tráfico de escravos, fazendo com que em 1850 fosse proclamada a Lei Eusébio de Queiros, que colocava fim ao tráfico de escravos. Fortalecia-se nesse momento o comércio interno de escravos, a fim de suprir a crescente demanda por mão de obra nas lavouras de café. A partir da década de 1870, diante do aumento da pressão escrava, da deslegitimação da escravidão junto à sociedade brasileira e da imagem internacional do Brasil como um país escravista, teve início uma política estatal de emancipação dos escravizados por meio da promulgação das leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, culminado com a libertação dos escravos promulgada pela Lei Áurea de 1888.

No contexto pós-Lei Áurea discutiu-se no meio político o destino dos ex-escravos. Segundo coloca Angela Alongo, havia duas correntes que se destacavam no cenário abolicionista brasileiro: a conversão do ex-escravo

em cidadão de uma sociedade Liberal e capitalista, com direitos civis e políticos, e em pequeno proprietário no campo, célula da nova economia, em par com imigrantes, [...] outro futuro lhe acenava com direitos sociais e o convertia em proletário urbano da sociedade industrial que se acenava. (2015, p. 363).

Havia consenso entre os abolicionistas acerca do papel da educação para os ex-escravos e do papel tutelar a ser desempenhado pelo Estado, pois não se cogitava deixar os ex-escravos gerentes do próprio futuro. (ALONSO, 2015, p. 363).

O fim da escravidão não trouxe melhoria nas condições de vida dos agora ex-escravos. A opção pelo trabalho do imigrante nas áreas mais dinâmicas da economia resultou em escassas oportunidades de trabalho a eles, sem falar da profunda desigualdade social da população negra. Essa desigualdade “acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime, mas útil quando subserviente”. (FAUSTO, 2010, p. 221).

Os ex-escravos, por gerações a fio, foram privados de educação formal, tendo seu trabalho em geral mal remunerado. Diversos estudos vinculados à concepção de ciência vigente à época mostravam

que os afro-brasileiros acusavam níveis mais altos de analfabetismo, subnutrição e criminalidade do que a população como um todo. Estatísticas desse tipo contribuíam para o argumento usado na formulação das políticas públicas, de que os brancos eram melhores que os negros. (LESSER, 2015, p. 42).

Tais estudos fundamentavam as chamadas ‘políticas de branqueamento’, que influenciavam a entrada de imigrantes europeus no Brasil ao longo do século XIX.

O ano que se passou entre a abolição dos escravos e a proclamação da República foi de insatisfações. A sociedade escravocrata que esperava ser indenizada após a libertação dos escravos não obteve sua ‘recompensa’, e os abolicionistas que esperavam reformas que seguissem a Lei Áurea não foram contemplados. Não se aprovou a indenização aos ex- proprietários nem projetos como a Lei para Educação, Instrução e Elevação do nível moral dos libertos, proposta pelos abolicionistas. (ALONSO, 2015). O destino dos ex-escravos estava agora nas mãos da República recém-proclamada.

Primeira República (1889-1930)

A proclamação da República em 1889 reabriu a discussão acerca de quem seria o cidadão brasileiro. O conceito de cidadania moderno está atrelado aos direitos dos cidadãos universalizados com base na Revolução Francesa e em seus desdobramentos. No período anterior a esta, os direitos ‘do homem e do cidadão’, tal como expresso pela síntese da declaração francesa, inscreveram-se na Declaração da Filadélfia, que afirmou a independência dos Estados Unidos da América do Norte em 1776.

O movimento republicano, que vinha se fortalecendo desde 1870, defendia abertamente a bandeira da cidadania, tal como fora formulada desde a vitória das revoluções burguesas ao longo do século XIX. O que se viu nas discussões acerca da cidadania, no entanto, foi a permanência da questão da escravidão, como uma sombra: como construir a cidadania e a nação em um país de ex-escravos? Aqui não podemos perder de foco o contexto do período, marcado pelo paradigma científico no campo das ciências humanas, fundamentado no positivismo e no evolucionismo social. Era difícil para os intelectuais da época ver positivamente o futuro de uma nação marcada pela escravidão.

A Constituição republicana de 1891 é tida como de inspiração liberal e usa o conceito de cidadania apropriado da cultura política burguesa. No entanto, ela foi precedida por duas legislações que contrariam o paradigma moderno de que a Constituição deve preceder as demais legislações: o Código Penal de 1890 e a lei do registro e do casamento civil, regulamentando o direito de família. A codificação penal serviu para efetivar o controle social, garantindo práticas repressivas e autoritárias sobre os trabalhadores livres.

O contraste assim era claro. Enquanto a Constituição, com feições liberais, garantia autonomia aos Estados, estabelecia os três poderes, fixava o sistema de voto direto e universal, estabelecia o direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, segurança individual e à propriedade, o Código Penal permitia um controle efetivo sobre os trabalhadores, limitando assim as prerrogativas presentes na Constituição.

Muitos brasileiros excluídos da cidadania e do acesso à terra vagavam pelos sertões do país em busca de trabalho, dentre eles ex-escravos, grupos indígenas e sertanejos, numa clara oposição, segundo Thomas Skidmore, entre o litoral, densamente povoado, e o interior. Nesse contexto se insere o povoado de Canudos, que representava uma oportunidade de vida nova.

A população do povoado crescia à medida que a fama do Beato Antônio Conselheiro corria sertões adentro ganhando adeptos junto a vaqueiros, agricultores e artesãos que estavam dispostos a construir uma nova sociedade, na qual pudessem se inserir. No entanto, segundo as doutrinas racistas em voga na época, os canudenses “eram vistos como mestiços cuja natureza instável era um mau presságio para o futuro do Brasil”. (SKIDMORE, 2003, p. 115). Foram três anos de guerra até a destruição total do povoado, que ficou imortalizado na obra **Os sertões**, de Euclides da Cunha.

Esse período foi marcado pela resistência ao Estado Oligárquico por meio das greves operárias, do cangaço e do messianismo. As péssimas condições de trabalho nas fazendas de café levaram os trabalhadores a se organizar e promover greves por melhores condições de trabalho, sem que resultados efetivos fossem alcançados. Já nas cidades, onde se concentravam as fábricas e os prestadores de serviços, as condições de vida não eram muito melhores do que no campo. Isso levou a um ciclo de greves de grandes proporções, entre 1917 e 1920, nas principais cidades do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, geradas pelo agravamento da carestia, em decorrência da Primeira Guerra Mundial e pela influência do processo revolucionário russo de 1917. O principal objetivo dos trabalhadores era melhorar as condições de vida e conquistar um mínimo de direitos.

Nesse contexto, muitas famílias encontraram no trabalho infantojuvenil um meio de sobreviver em um ambiente marcado por baixos salários e um custo de vida elevado. Para os industriais, o emprego da mão de obra infantojuvenil representava a possibilidade de reduzir os custos de produção, incorporando crianças e adolescentes no processo produtivo como se fossem adultos.

As primeiras décadas republicanas foram marcadas pela utilização do trabalho de crianças e adolescentes como forma de reduzir os custos de produção, acentuando dessa forma “a espoliação dos trabalhadores nos estabelecimentos industriais e, num verdadeiro círculo vicioso, manteve-se, praticamente, como recurso do qual a classe trabalhadora dificilmente poderia abrir mão, no afã de sobreviver”. (MOURA, 2004, p. 273).

Nesse contexto, o ‘problema da criança’ adquiriu uma dimensão política relacionada ao ideal republicano vigente: não se tratava mais de ressaltar a importância, mas sim a “urgência de se intervir, educando ou corrigindo os menores para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade”. (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 112).

Em 1927 foi elaborado então o primeiro Código de Menores do Brasil, constituindo-se como o elemento de sistematização de uma política voltada à regulamentação da infância em geral, visando organizar as formas de trabalho, a educação, a prevenção e a recuperação dos ‘criminosos’ e ‘delinquentes’. Com o Código de Menores, reafirmaram-se as formas de atendimento baseadas na internação das crianças em instituições, distantes do convívio social, e a posição do Juiz de Menores como autoridade máxima no assunto, podendo inclusive suspender ou retirar o pátrio poder, no sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças.

Com o Código de Menores, a atuação do Estado se fez de maneira mais manifesta e atuante na área da infância, demonstrando assim o enfraquecimento das posições liberais que marcaram a Primeira República, quando a visão liberal defendia a não intervenção do poder instituído na área social. Emergia nesse momento uma nova obrigação para o Estado: cuidar da infância pobre no tocante à educação, à formação profissional e ao encaminhamento a pessoal competente para lidar com a realidade dela. Começou ainda a tomar forma a estratégia dos Direitos da Criança (no caso, o ‘menor’), já que o Estado passou a ter obrigações de proteção.

Politicamente, a Primeira República foi marcada pelo predomínio do poder por parte de um reduzido grupo de políticos em cada estado, favorecido pelo fato de que o voto não era obrigatório e havia um desinteresse por parte dos possíveis eleitores em participar da política em função de acreditarem que ela era um ‘jogo’ entre os grandes ou uma troca de favores. Além disso, havia manipulação dos resultados das eleições por meio de fraudes, falsificação de atas, votos de mortos e estrangeiros.

As relações de poder eram fortemente marcadas pelo clientelismo, tanto no campo quanto na cidade, resultante “da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público”. (FAUSTO, 2010, p. 263). Os coronéis controlavam os votantes, muitas vezes fazendo uso da troca de favores, e forneciam assim os votos necessários aos chefes políticos dos estados em troca de vantagens políticas e econômicas que asseguravam, por sua vez, os meios de barganhar votos junto aos eleitores.

Estado Getulista e Período Democrático (1930-1964)

Esse período da história política brasileira foi marcado por uma nova formatação social e política construída por meio da consolidação de uma sociedade urbana, industrial e capitalista. Essa nova configuração foi fruto de um processo contraditório em que modernidade e conservadorismo se mesclaram, contexto no qual o Estado brasileiro adquiriu contornos intervencionistas.

A liderança política de Getúlio Vargas, à frente do aparelho estatal, se fez presente também no desenvolvimento dos direitos humanos. Cabia ao Estado novamente discutir quem seria o cidadão

brasileiro e quais seriam seus direitos. Nesse contexto, os trabalhadores urbanos ascenderam à categoria de cidadãos, sendo-lhes reconhecidos determinados direitos e garantias sociais.

Se no período anterior houve esporádica atenção aos trabalhadores urbanos, a partir de 1930 verificou-se uma política governamental específica para essa camada da sociedade. Como primeira medida, houve a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento sindical pelo Estado, e foram criados órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários, além de uma série de leis de proteção ao trabalhador, culminando, em 1943, na Consolidação das Leis Trabalhistas. Cabe destacarmos aqui que essas medidas não derivaram de pressão social, mas apareceram como fruto de uma ação do Estado, comum a vários governantes da época, os ditos ‘populistas’.

Ainda em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde com a finalidade de promover reformas educacionais. Desde os anos 1920 elas vinham sendo realizadas de forma isolada pelos estados, mas agora as determinações partiam diretamente do Governo central para os estados. Na medida em que o modelo trabalhista avançava, estabelecendo direitos aos trabalhadores, crescia também a pressão pela ampliação dos direitos sociais.

Em 1934 foi promulgada a terceira Constituição brasileira, motivada pela Revolução Constitucionalista de 1932. Ao estabelecer em seu preâmbulo que

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico. (BRASIL, 1934, p. 1).

Ela demonstrava estar em consonância com as duas gerações dos Direitos Humanos. Outro ponto a destacar é o fato de que ela estendia o direito de voto a brasileiros de qualquer sexo, e portanto a igualdade jurídico-formal passava a se fazer presente no campo eleitoral, tornando cidadãos tanto homens quanto mulheres.

Mas ao permitir o voto a homens e mulheres, o processo de implantação da cidadania foi freado pelo Estado Novo (1937-1945), comandado por Getúlio Vargas. A instalação desse estado no Brasil aconteceu ao mesmo tempo em que uma série de transformações políticas tomava conta da Europa, instaurando governos autoritários e reforçando a versão de que a democracia liberal estava fadada ao fracasso.

O governo de Getúlio foi centralizador ao concentrar no Governo Federal a tomada de decisões e empregar a propaganda e a educação como instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social. Destacamos nesse sentido a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, com o intuito de doutrinar e controlar as manifestações do pensamento no país.

Em 1937 foi promulgada a quarta Constituição brasileira, cuja essência, autoritária e centralista, a colocava em sintonia com os modelos fascistas de organizações político-institucionais implantadas em outras partes do mundo, rompendo assim com a tradição liberal presente nas Constituições anteriores.

Entretanto, segundo levantamento realizado por Mário Fabrício Fleury Rosa, entre os anos de 1930 a 1945 foram criadas treze agências voltadas à proteção social brasileira. Essa sequência demonstra

os avanços na área social promovidos durante o governo de Getúlio Vargas. No período em que as liberdades políticas foram suprimidas (1937 a 1945) é que as conquistas sociais foram ampliadas.

Após a queda do Estado Novo em 1945 inaugurou-se o chamado ‘período democrático brasileiro’, que se encerrou com a instauração da Ditadura Militar em 1964. Ele foi marcado pela redemocratização constitucional do país, e já no preâmbulo a nova Constituição 1946 deixava clara a intenção de que sua promulgação visava à instauração de um regime democrático no país.

Politicamente, o período foi marcado pelo controle político das massas, realizado por líderes populistas e grupos oligárquicos. Destacamos ainda os movimentos de resistência dos trabalhadores urbanos e rurais, e ressaltamos nesse contexto a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), por meio da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com membros de setores representativos ligados aos direitos humanos, e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no país.

A principal atribuição desse Conselho era receber denúncias e investigar, em conjunto com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade com abrangência nacional, como chacinas, extermínios, assassinatos de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, entre outros.

O projeto de lei para que o Conselho fosse criado foi apresentado à Câmara em 1956, no entanto, ele foi aprovado e sancionado pelo presidente João Goulart somente no dia 16/03/1964, ironicamente, quinze dias antes do golpe militar.

Ditadura Militar (1964-1985)

A deflagração do golpe militar em 31 de março de 1964 acabou por fornecer um terreno fértil para a ‘modernização conservadora’ que vinha sendo implementada no país desde 1930. O período foi marcado pela supressão das garantias de direitos alcançados até então. Foram realizadas prisões, torturas e mortes de opositores. A Constituição do período ditatorial, proclamada em 1967, não previa a pena de morte para nenhum tipo de crime, no entanto, em 1969, sofreu uma alteração no Parágrafo 11 do Artigo 150, Capítulo IV, onde passou a constar o seguinte:

não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta. (BRASIL, 1967, p. 49).

Destacamos aqui a palavra ‘salvo’ colocada após a menção de que não haveria pena de morte. Por meio dessa Constituição foram suprimidos quase todos os partidos políticos, restando apenas duas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), como partido governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como oposição consentida.

Ao longo do período ditatorial foram promulgados dezessete Atos Institucionais, dentre eles o de número 5 (AI5), promulgado em 13/12/1968. Ele suspendeu a garantia de *habeas corpus* para determinados crimes e assegurou ao presidente o poder de decretar estado de sítio, intervir nos Estados sem limites constitucionais, suspender direitos políticos e restringir o exercício de qualquer direito público ou privado, cassar mandados eletivos, decretar o recesso do Congresso Nacional, assim como das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, e excluir da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e atos complementares.

Conforme citado anteriormente, em março de 1964 foi sancionada a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (5CDDPH). Ele foi instalado pelo presidente Arthur da Costa e Silva em 1968, 50 dias antes da promulgação do AI5. Durante os governos dos generais Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, os membros do CDDPH chegaram a se reunir em sigilo, mas a simples menção aos Direitos Humanos soava como contestação ao regime instalado.

No campo econômico deve-se destacar o chamado ‘milagre brasileiro’. Por meio da combinação de um extraordinário progresso econômico com taxas relativamente baixas de inflação, foi possível um crescimento médio do PIB de 11,2% ao ano. Esse desenvolvimento econômico acelerado trouxe consigo a concentração de renda. Segundo coloca Boris Fausto, a política econômica de Delfim Netto estava baseada na premissa de primeiro promover o crescimento do bolo, para depois reparti-lo. Dessa forma, os aspectos negativos do ‘milagre’ foram principalmente de natureza social: os salários diminuíram consideravelmente, mas em contrapartida havia mais postos de trabalho a fim de contrabalancear a situação. Além disso, os programas sociais do governo foram praticamente abandonados.

O país destacava-se externamente por uma posição privilegiada, alcançada por seu potencial industrial e indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, fatores esses que medem o índice de qualidade de vida do povo. Como forma de ‘ocultar’ esses índices negativos, os governos militares empregaram a propaganda como fator decisivo para divulgar suas ações e conquistas; para tanto, aproveitaram o grande avanço nas telecomunicações, verificadas no país após 1964. Dentre as músicas divulgadas merecem destaque **Este é um país que vai pra frente** e **Prá frente Brasil**, música que embalou a vitória brasileira na Copa de 1970.

Merecem destaque ainda as instituições da sociedade civil que se organizaram e atuaram nesse período: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), União Nacional dos Estudantes (UNE), além de vários sindicatos e do Movimento Operário. Tais instituições cumpriram um papel importante na mediação das demandas oriundas dos opositores ao regime, contribuindo decisivamente para os anseios de redemocratização do país.

Três acontecimentos merecem destaque a partir do final dos anos 1970: a Lei da Anistia de 1979, a campanha pelas Diretas Já e a convocação da Constituinte em 1987. A primeira, aprovada pelo Congresso, continha restrições e abrangia também os que haviam praticado a tortura, entretanto permitiu o retorno de grande contingente de exilados políticos e possibilitou o início da apuração do que aconteceu com os presos políticos, mortos e desaparecidos, dando um passo importante para a ampliação das liberdades públicas.

Os anos 1980 foram marcados pela campanha em prol das eleições diretas. Foi o momento em que milhões de pessoas tomaram as ruas, expressando a vitalidade da manifestação popular. A manifestação aglutinava diferentes esperanças: a expectativa de uma representação autêntica e a resolução de muitos problemas, como baixos salários, falta de segurança e inflação, que a eleição direta de um presidente por si só não resolveria.

A Assembleia Constituinte convocada em 1987 iniciou seu trabalho com uma grande responsabilidade: esperava-se que pudesse fixar os direitos dos cidadãos e as instituições básicas do novo país, assim como resolver problemas fora de seu alcance. A nova Constituição, promulgada em 1988, acabou por refletir as pressões dos diferentes grupos da sociedade e avançou na área da extensão dos direitos sociais e políticos dos cidadãos em geral e às chamadas ‘minorias’. Seu texto aglutinou os princípios mais

progressistas das tradições políticas liberal-democráticas e social-democráticas, sem desprezar as demandas de caráter multifacetário apresentadas pelos chamados novos movimentos sociais, ou seja, a defesa do bem comum no respeito à diversidade de origem, raça, sexo, cor, idade. (MONDAINI, 2009, p. 68).

Em seu preâmbulo está o projeto de sociedade que espera construir:

um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. (BRASIL, 1988, p. 1).

Importante destacarmos aqui o papel que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) teve ao trazer à tona a discussão acerca das ações cometidas pelo Estado ao longo da Ditadura Militar Brasileira. Essa Comissão começou a ganhar corpo durante a 11.^a Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada em 2009, que recomendou a criação da CNV com a tarefa de promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Por ato presidencial de 13 de janeiro de 2010, foi instituído grupo de trabalho com a finalidade de elaborar o anteprojeto de lei para a criação da CNV. A instalação da Comissão aconteceu em 16 de maio de 2012.

Como resultado de todo o trabalho realizado pela CNV temos a publicação de um relatório das atividades desenvolvidas por ela, composto por três volumes e publicado em 2014. Marcos Napolitano, ao discutir o motivo das Comissões de Verdade terem se popularizado, ressalta que

era preciso produzir uma verdade que correspondesse aos fatos objetivos da repressão, e não aos fatos alegados pelas verdades oficiais das ditaduras, que sempre negaram qualquer tortura ou desaparecimentos forçados de militantes. (2014, p. 320).

Nova República (Desde 1985)

O Brasil que surgiu a partir do final da Ditadura Militar precisou se repensar em termos políticos, econômicos, sociais e educacionais. Foi e é necessário empreender mudanças a fim de colocar o país diante do embate entre os que defendem a supressão dos direitos e os que os desejam seu alargamento. É imperativo, portanto, preocupar-se com a melhoria da qualidade de vida da população, com a equidade na distribuição de renda e com a diminuição das diferenças sociais, abrindo espaço para a participação e organização popular, garantindo dessa forma a sustentabilidade social do país.

Nesse sentido, medidas estão sendo tomadas, como as Diretrizes Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a Lei Maria da Penha, além da Comissão Nacional da Verdade – que tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988.

Destacamos aqui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que revogou o Código de Menores de 1979 e a lei de criação da Funabem. Ele apresenta de maneira detalhada os direitos da criança e do adolescente, em forma de diretrizes gerais para uma política nessa área. Em suas disposições preliminares, o ECA define a garantia de proteção integral à criança e ao adolescente. A Doutrina de Proteção Integral, personificada no Estatuto, estabelece que crianças e jovens em condição peculiar, devido ao fato de se encontrarem em desenvolvimento, são sujeitos de direito. O Estatuto tem caráter universalizante por estabelecer que todos são sujeitos de direito, sem fazer distinção quanto à classe social nem estigmatizá-los. As questões relativas às crianças e aos adolescentes deixam de ser vistas como problemas de polícia e justiça. É garantida ainda, por meio da Constituição, a descentralização do atendimento e a municipalização, garantindo dessa forma uma participação mais atuante da comunidade na tomada de decisões de acordo com sua realidade.

Muito ainda deve ser feito no sentido de promover a sustentabilidade econômica do país, superando graves dificuldades que acompanham o desenvolvimento histórico brasileiro. É necessário encontrar formas de compatibilizar padrões de produção e consumo, garantir o acesso à ciência e tecnologia. Segundo coloca Miriam Leitão, os brasileiros, nos poucos anos dessa nossa ainda jovem democracia, já fizeram muito.

Saíram da mais completa desordem nas contas públicas para a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sanearam bancos, criaram instituições modernas, abriram a economia, conquistaram uma moeda estável, fizeram um pacto político em torno da estabilidade que tem atravessado governos, superaram crises que pareciam insuperáveis. (2011, p. 21).

No entanto, ainda há muito por fazer.

Outro ponto a destacar nessa caminhada democrática está ligado à garantia da sustentabilidade cultural, respeitando os diferentes valores entre os muitos brasis dentro do país, incentivando processos de mudança que acolham as especificidades locais e culturais. Nesse sentido, é importante destacar as

campanhas que vêm sendo lançadas pela diversidade sociocultural, pela construção de um Brasil sem homofobia, além de ações afirmativas, que vêm sendo tomadas a fim de combater o racismo.

Tais programas e ações não sairão do papel se não houver instituições efetivas e transparentes que assegurem sua aplicabilidade, alcançando assim a sustentabilidade política do Brasil. Nesse sentido, é necessário trabalhar para que a ‘Constituição Cidadã’ de 1988 não esteja somente no papel, mas seja aplicada de maneira prática a fim de tornar o Brasil uma ‘nação cidadã’, onde todos os habitantes possam ser reconhecidos como portadores de direitos, verdadeiros cidadãos, e não apenas, como coloca Marco Mondaini, habitantes de um território, meros cidadãos.

Ao abordar o exercício da cidadania, não poderíamos nos isentar de falar sobre Direitos Humanos e Bioética, a seguir.

DIREITOS HUMANOS E BIOÉTICA

Como vimos, os Direitos Humanos constituíram-se, ao longo da história, da junção de inúmeros fatores de ordem social, cultural, jurídica, política e filosófica. E porque ele se alimenta de tantas vertentes nos propomos a concluir este texto discutindo o nascimento e a importância da Bioética, conceito pensado com base nas atrocidades cometidas durante o período nazista – portanto, questões históricas propiciadoras da terceira geração de Direitos Humanos –, quando inúmeras experiências médicas foram feitas utilizando vidas humanas. De acordo com Oliveira,

O termo ‘bioética’ foi empregado pela primeira vez na década de 70 por Potter, cuja preocupação central era o desenvolvimento tecnológico e suas consequências ambientais para o planeta. Para ele, as ciências deveriam estar acompanhadas de uma reflexão ética para que as intervenções na natureza não ocorressem de forma inconsequente. Assim, apesar do vocábulo ‘bioética’ ter surgido como proposta de junção das ciências exatas e biomédicas com as humanas, alguns autores sustentam a ideia de que, sem uma reflexão ética, essas ciências podiam ser aplicadas de forma a causar males para os seres humanos e o planeta advém de um período histórico anterior. Segundo Annas, as atrocidades praticadas por médicos nazistas nos campos de concentração, com a utilização de prisioneiros como sujeitos de pesquisa, revelam que a prática da medicina e a ideia da inexorabilidade do desenvolvimento científico podem, em certas circunstâncias, levar à violação de direitos básicos, como a integridade física e psíquica. (2007, p. 171).

Diversos autores conceituaram e ainda conceituam o termo ‘bioética’, pois é fruto da nossa sociedade pluralista, democrática e que, cada vez mais, tem clareza de sua diversidade e de seus direitos. Tendo isso em vista, utilizamo-nos aqui do conceito de Motta, Vidal e Siqueira-Batista:

[...] pode-se também conceber a Bioética como a mais desenvolvida das éticas aplicadas ou como o estudo sistemático das dimensões e argumentos morais a favor e contra determinadas práticas humanas que interferem e afetam a qualidade de vida de todos os seres vivos e as condições ambientais do Planeta Terra. (2012, p. 434).

Embora num primeiro momento a Bioética tenha nascido de uma preocupação específica com a pesquisa médica envolvendo seres humanos, ao longo de décadas sua reflexão se expandiu para questões que emergem da própria sociedade, como o transplante de órgãos, a produção de transgênicos, o uso de animais e de seres humanos em experimentos, o uso de células-tronco, a aplicação da eutanásia, o suicídio, a fertilização *in vitro* e muitas outras.

No âmbito mais amplo da sociedade, sustentabilidade e meio ambiente tornaram-se alvo do debate bioético, e ao refletirmos sobre o conceito de Motta (2012) percebemos sua amplitude e relação direta com os Direitos Humanos, pois é preocupação da Bioética, também, a vida humana e sua preservação ética.

Cada vez mais avançamos para uma sociedade complexa, que lida com realidades e problemas complexos, e isso exige de cada cidadão uma reflexão histórica profunda sobre que tipo de convivência humana e com o meio ambiente nós desejamos. Portanto, cabe a nós mantermos viva a chama do debate sobre a dignidade da pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALONSO, A. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARBEIRO, H.; CANTELE, B. **O livro dos políticos**. São Paulo: Ediouro, 2008.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF: CNV, 2014. Volume 1. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF: CNV, 2014. Volume 2. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF: CNV, 2014. Volume 3. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. Portal da Legislação. **Todas as Constituições do Brasil desde 1824**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/constituicoes-antiores-1#content>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, DF, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Tortura**. Coordenação Geral de Combate à Tortura. (Org.). 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRITO, A. de A. A. **Breves reflexões sobre a História Geral da Cidadania**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10686. Acesso em: 9 nov. 2019.

BURNS, E. M. **História da civilização ocidental**. 43. ed. São Paulo: Globo, 2005.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÓDIGO DE HAMURÁBI. *In*: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/CÓDIGO%20DE%20HAMURABI.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

DEL PRIORE, M. **Histórias da gente brasileira**. Volume 1: Colônia. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

DEL PRIORE, M. **Histórias da gente brasileira**, Volume 3: República – Memórias (1899-1950). Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

GODINHO, V. M. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Editorial Presença, sd.

GOÊS, J. R. P. de. **Escravidão**. *In*: Biblioteca Nacional Digital, 2013. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/redememoria/escravidao.html>. Acesso em: 25 fev. 2013.

GOMES, R. A. **Com que direito?: análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda – Valladolid, 1550 e 1551**. 2006. 116f. Dissertação. (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LEITÃO, M. **Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LESSER, J. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Unesp, 2015.

MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MIRANDA, N. **Por que direitos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOCELIM, A. **Do Código de Menores de 1927 ao Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990**. Monografia. (Especialização em História do Brasil) – Faculdades Integradas Espírita, Curitiba, 2006.

MONDAINI, M. Direitos Humanos. *In*: PINSK, J. (org.). **O Brasil no contexto (1987-2007)**. São Paulo: Contexto, 2007.

MONDAINI, M. Direitos Humanos. *In*: PINSK, C. B. (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOTTA, L. C. de S.; VIDAL, S. V.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Bioética: afinal o que é isto? **Bras. Clín. Med.**, São Paulo, v. 10, n. 5, p. 431-439. set.-out. 2012.

MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

- NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, M. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984)**. Curitiba: Juruá, 2002.
- NEDER, G. **Cidadania no Brasil no início da República**. In: BIBLIOTECA Nacional Digital, 2013. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/redememoria/cidadania.html>. Acesso em: 25 fev. 2013.
- OLIVEIRA, A. A. S. de. Interface entre bioética e direitos humanos: o conceito ontológico de dignidade humana e seus desdobramentos. **Bioética**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 170-185, 2007.
- ONU BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/print>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- PERRY, M. **Civilização ocidental**: uma história concisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B.(org.). **História da Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- QUINTÃO, S. M. L. **Teoria do Estado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- RIBEIRO, E. P. **Os Direitos Humanos no Brasil Império na perspectiva da História Social**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/ribeiro_dh_br_imperio.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.
- RIZZINI, I. Crianças e menores, do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil (1830-1990). In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, USU/AMAI, 1995.
- ROSA, M. F. F. **Aspectos do Direito Social no Brasil entre 1930 e 1945**. Disponível em: http://www.simpodiode.unb.br/mesas/12_mesa/Rosa%20-%20Aspectos%20do%20direito%20social%20no%20Brasil%20entre%201930%20e%201945.pdf. Acesso em: 24 fev. 2013.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SKIDMORE, T. E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- SILVA, O. S. **Evolucionismo social**. Disponível em: <http://www.carlosbranco.jor.br/mostratempesp.asp?codigot=1590&menuvolta=conteudo.asp>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- SILVEIRA, R. M. G.; LUNA, G. **Direitos humanos no Brasil**: linha do tempo. In: REDHBRASIL.NET. Disponível em: http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca_on_line/modulo2/modulo1_7.linhadotempo.pdf. Acesso em: 25 fev. 2013.

DEFINIÇÕES

Censura: ação de controlar qualquer tipo de informação, geralmente por meio de repressão à imprensa.

Cidade-Estado: cidade autônoma que, na Antiguidade, funcionava como o mais importante centro político, cultural e financeiro, com poder absoluto sobre as demais cidades. Pólis.

Constituição Cidadã: Constituição brasileira de 1988.

Decálogo: os dez mandamentos da lei de Deus, que segundo a Bíblia foram dados a Moisés no Monte Sinai.

Estado de Bem-Estar Social: organização ou sistema político e econômico que vê o Estado como protetor e defensor social e organizador da economia. Diferentemente do Estado mínimo postulado pelo neoliberalismo, nesse modelo o Estado é o regulador de toda vida e saúde social, política e econômica do país e faz isso em parceria com várias outras forças, sobretudo dos sindicatos e das empresas privadas. O que o distingue de forma clara é o fato de assumir o papel de garantidor dos serviços públicos de qualidade e de proteção da população. Esse modelo de Estado teve origem na Europa, sob o império da ideologia da social-democracia, que se distinguia antigamente tanto do capitalismo liberal confiante no mercado como do socialismo real (comunismo).

Evolucionismo social: oriundo da antropologia, esse termo se refere à corrente de pensamento antropológica que incorpora os princípios do darwinismo nos estudos sobre a evolução das sociedades. Ele defende que as sociedades surgem primitivas e se tornam civilizadas com o tempo.

Guerra justa: permanência de elementos ligados ao período das Cruzadas, ocorridas na Idade Média. A guerra só era permitida se fosse o último recurso para alcançar a paz. Deve ser declarada, supostamente, com base em uma causa justa, por uma autoridade legítima, com um bom propósito de quem a declara e ser desenvolvida com retidão.

Herança greco-romana: as civilizações grega e romana influenciaram a formação do mundo ocidental no que diz respeito às instituições políticas, ao pensamento filosófico, às artes, à ética e às leis, entre outros elementos.

Oligárquico: forma de governo em que o poder é exercido por um grupo restrito de pessoas, geralmente, do mesmo partido, família, classe etc.

Paradigma científico: durante o percurso histórico da ciência, no processo de construção de conhecimento e análise de fenômenos, várias foram as lentes utilizadas em sua observância. A peculiar forma de como se estabeleceu essa construção nos diferentes contextos da história se caracteriza por diferentes métodos de se fazer ciência, constituindo assim diferentes paradigmas (estruturas mentais compostas por teorias, experiências e métodos que serve para organizar a realidade e seus eventos no pensamento humano).

Período Regencial: período posterior à abdicação de D. Pedro I do trono brasileiro, em favor de seu filho, então com seis anos incompletos, no dia 7 de abril de 1831. Nesse período o Brasil foi governado por líderes políticos em nome do imperador até a maioria antecipada deste, em 1840. A princípio, os regentes eram três, passando a ser apenas um a partir de 1834.

Populista: ‘amigo do povo’. Diz-se do partido político que defende ou diz defender as classes populares, que diz respeito à doutrina literária ou artística do populismo ou que dele é adepto.

Positivismo: doutrina filosófica criada por Auguste Comte (1798-1857) que sugere fazer das ciências experimentais o padrão ou modelo por excelência do conhecimento humano, substituindo com isso as teorias metafísicas ou teológicas. Também conhecido como comtismo ou filosofia positiva. Cada uma das doutrinas que se baseiam no comtismo (sec. XIX e XX), definidas pela utilização de uma metodologia quantitativa, pelo cientificismo e pela hostilidade ao idealismo.

Racionalidade: particularidade ou característica do que é racional. Qualidade daquilo que se baseia na razão, que se encontra em conformidade com a razão. Compreensível logicamente. Capacidade de raciocinar ou praticar a própria razão. Tendência para entender (compreender) os fatos e/ou ideias tendo em conta a razão.

Reforma Protestante: movimento religioso de renovação da Igreja iniciado no século XVI por Martinho Lutero, monge alemão pertencente à Ordem dos Frades Agostinhos e que conduziu à cisão da Igreja Cristã ocidental. Esta foi dividida em Igreja Católica Romana, por um lado, e em várias igrejas reformadas ou protestantes (Igreja Luterana, Igreja Calvinista e Igreja Anglicana), por outro.

Salvo: exceção.

Sexagenários: apelidada de Lei dos Sexagenários (1885), ela é menos conhecida do que a Lei do Ventre Livre (1871), que concedeu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir de sua promulgação, e do que a Lei Áurea (1888), que finalmente acabou com a escravidão no Brasil. Não é, no entanto, menos importante. A medida resultou de uma intensa luta política travada entre os parlamentares e foi uma resposta das instituições e das elites brasileiras ao clamor pela abolição da escravatura que tomava as ruas e ameaçava comprometer a ordem social, política e econômica. Coube à Lei dos Sexagenários manter a discussão sobre o fim da escravidão acesa e conceder tempo para uma solução negociada que pusesse fim ao sistema escravagista de forma não violenta, como aconteceu nos Estados Unidos com a Guerra de Secessão (1861-1865).

Sociedades primitivas: sociedades baseadas na coleta, na pesca e na caça.

Suserania: território ou propriedade governado(a) por um suserano, aquele que tinha o domínio do feudo. Conjunto das funções, poderes e obrigações desenvolvidas pelo suserano. Direito ou poder para exercer autoridade.

Vassalagem: estado de submissão ou sujeição de alguém em relação a outra pessoa ou coisa. Relação de obediência que o vassalo deveria manter em relação ao senhor feudal. Imposto, preito, pago pelo vassalo ao senhor feudal, suserano. Reunião, grupo ou conjunto de vassalos.

Ventre Livre: no dia 28 de setembro de 1871 foi assinada a Lei nº 2.040, conhecida como “Lei do Ventre Livre”. Considerada um marco no processo de abolição da escravidão no Brasil, está inserida no conjunto de medidas que buscavam atenuar a questão escravista no império, como a Lei Euzébio de Queiroz (1850) e a Lei dos Sexagenários (1885). Ela declarava livres os filhos de mulheres escravas nascidos no Brasil a partir da data da aprovação da lei.

Teocrático: relativo à teocracia (forma de governo em que os membros da Igreja interpretam as leis e têm autoridade tanto em assuntos cívicos quanto religiosos). A palavra vem do grego *theos*, que significa Deus, e *kratein*, que significa governar. Poder teocrático.

Treze agências: são elas: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), criado em 1930; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), criado em 1933; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) – ambos criados em 1934. Em 1938, foram criados dois outros: o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (APETC) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Em 1940 foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). A Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foram criados em 1942. Já o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) foram criados em 1946.